



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS – CCEA
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - PARFOR**

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

ROSENI NUNES FEITOSA

PATOS-PB

2019

ROSENI NUNES FEITOSA

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Pedagogo.

Orientador: Prof. Me. Jorge Miguel Lima Oliveira

PATOS-PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F311g Feitosa, Roseni Nunes.
Gestão democrática no contexto educacional [manuscrito] /
Roseni Nunes Feitosa. - 2019.
21 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual da
Paraíba, EAD - Patos , 2019.
"Orientação : Prof. Me. Jorge Miguel Lima Oliveira ,
Coordenação do Curso de Matemática - CCEA."
1. Escola. 2. Gestão democrática. 3. Gestão escolar. I.
Título

21. ed. CDD 371.2

ROSENI NUNES FEITOSA

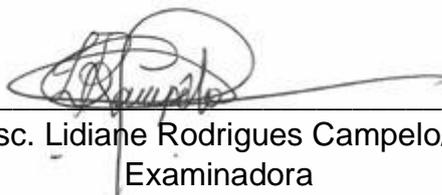
GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, ofertado pelo Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR) em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em 30 de maio de 2019.



Prof. Msc. Jorge Miguel Lima Oliveira /UEPB
Orientador



Prof. Msc. Lidiane Rodrigues Campelo/ UEPB
Examinadora



Prof. Msc. Kilmara Rodrigues dos Santos / UEPB
Examinadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	METODOLOGIA: o Estágio como Pesquisa	7
2.1	Instrumento de coleta de dados: Pesquisa qualitativa na modalidade participante	7
2.2	O campo e os sujeitos da pesquisa.....	8
3	PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	9
3.1	Dimensões da Gestão Escolar	11
3.2	Projeto Político Pedagógico	12
3.3	Conselhos Escolares.....	14
3.4	Conselhos de Classe	15
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
	REFERÊNCIAS.....	21
	APÊNDICES	

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

ROSENI NUNES FEITOSA¹

RESUMO

Este trabalho apresenta conceitos de gestão democrática baseado em Lück (2006), Gadotti (2004), Vallim (2004), Paula e Schneckenberg (2008), cujo objetivo é analisar as perspectivas dessa gestão confrontando-as com as práticas administrativas autoritárias dentro do contexto educacional, possibilitando desta forma uma reflexão acerca do papel do gestor e sua vivência com a comunidade escolar, proporcionando um ambiente democrático onde os envolvidos no processo educacional tornem-se parceiros e com uma visão mais ampla, coletiva e solidária nos processos administrativos e pedagógicos da escola, proporcionando desta forma uma educação com mais qualidade e equidade. O trabalho aqui apresentado não indica exatamente um caminho a ser seguido para chegar à escola ideal, mas se preocupa em promover essa reflexão sobre o modelo de gestão escolar que temos e o que precisamos alcançar para atingir um ambiente favorável a uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Escola. Reflexão. Gestão democrática.

DEMOCRATIC MANAGEMENT IN THE EDUCATIONAL CONTEXT

ABSTRACT

This work presents concepts of democratic management based on Lück (2006), Gadotti (2004), Vallim (2004), Paula and Schneckenberg (2008), whose objective is to analyze the perspectives of this management by confronting them with authoritarian administrative practices within the context thus enabling a reflection on the role of the manager and his / her experience with the school community, providing a democratic environment where those involved in the educational process become partners and with a broader, collective and supportive vision in the administrative and pedagogical processes of school, thus providing an education with more quality and equity. The work presented here does not indicate exactly the path to be followed in order to reach the ideal school, but is concerned with promoting this reflection about the school management model we have and what we need to achieve in order to achieve an environment conducive to meaningful learning.

Keywords: School. Reflection. Democratic management.

¹Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, PARFOR/PATOS-PB, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus VII. E-mail: roseninunes@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Gestão democrática no ambiente escolar está pautada na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Projeto Político Pedagógico da Escola, assegurando que as relações de poder no ambiente educacional promovam a integração, a cooperação e a participação de todos os envolvidos no processo de escolarização de alunos, pais, professores, diretores, equipe pedagógica e funcionários - buscando transformar a escola em um espaço de construção de saber, de consciência, respeito, trabalho coletivo e aprendizagem significativa.

Luck (2006), nos alerta que “democracia e participação são dois termos inseparáveis, à medida que um conceito remete ao outro”. Ao falar em democracia estamos falando em participação e coletividade.

Por essa razão, refletir sobre a prática da gestão democrática, atualmente, é desafiante. Repensar nossos ideais e traçar metas de forma coletiva na sociedade em que vivemos está cada dia mais difícil, haja vista a dificuldade de consolidar o trabalhar em equipe, pesando apenas para o gestor a tarefa de motivar os sujeitos para que tomem consciência de seu papel social e contribuam efetivamente com as ações educativas da escola, pois somente desta forma ocorrerá a transformação pedagógica e administrativa almejada.

Ser democrático é respeitar os ritmos, as dificuldades, a linguagem e a cultura de cada um em suas diferenças. As propostas não podem ser impostas. Precisam ser construídas e reconstruídas com as pessoas envolvidas. (VALLIM, 2004)

A escola, ao implantar uma prática de gestão democrática, deve perceber o educando como um ser histórico, inserido dentro de sua realidade. Saber quem ele é e o que ele espera da escola.

Valorizar seus conhecimentos prévios e respeitar sua história é o que possibilita sua inserção no contexto escolar e, a partir daí, a escola, enquanto agente de transformação, assumirá seu papel, formando os sujeitos e tornando-os capazes de criar novas alternativas, visando oportunidades de realização de forma humana e social, proporcionando um ambiente de aprendizagens múltiplas para alunos, professores, funcionários, pais e gestores.

Neste trabalho temos como objetivo abordar conceitos de gestão democrática, seus desafios e possibilidades dentro do contexto escolar, visando refletir acerca

dos processos pedagógicos e administrativos que ali ocorrem, a fim de promover inovações na condução das atividades na instituição, pois entendemos que uma gestão democrática e participativa é imprescindível para o bom andamento das ações educativas e para uma transformação na vida profissional de todos que compõem o espaço educacional.

2. METODOLOGIA: o Estágio como Pesquisa

2.1 Instrumento de coleta de dados: Pesquisa qualitativa na modalidade participante

A metodologia utilizada para realização deste trabalho é bibliográfica, pois “a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações...” (GIL, 1994), apresentando conceitos de gestão democrática segundo estudiosos dessa literatura, promovendo uma reflexão sobre estes, comparando-os a outros modelos de gestão. Trata-se de um conjunto de procedimentos de busca por soluções, de suma importância na produção do conhecimento científico, tendo como finalidade conhecer os diferentes comportamentos nos processos de gestão aqui analisados.

Uma gestão escolar democrática promove a redistribuição de responsabilidades, ideia de participação, trabalho em equipe, decisão sobre as ações que serão desenvolvidas, coletividade, através da atuação consciente dos envolvidos.

É preciso entender o que é democratização para que se possa efetivá-la. A participação possibilita à população um aprofundamento do seu grau de organização. [...] ela contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e, conseqüente, para a melhoria da qualidade do ensino. (GADOTTI, 2004. p. 16).

Para tanto, o estágio em gestão escolar, realizado na Pré-Escola/Creche Fagner Morais Monteiro, possibilitou uma aproximação com o ambiente educacional, através do qual durante observação, foi possível vivenciar o cotidiano escolar observando a prática da gestora da escola, seus posicionamentos frente ao colegiado escolar e nos processos administrativos internos, onde pude constatar que vários são os fatores que podem interferir nas tomadas de decisões de um gestor no cenário em que vivemos, em meio a avanços, mudanças e desafios, onde a escola ainda pode ser considerada um dos espaços privilegiados para realização de trabalho coletivo, transformação e construção do saber.

Essa pesquisa possibilitou estudos e reflexões referentes às relações de poder, o papel do diretor na organização educacional e também a investigação sobre como se efetiva o processo democrático em um ambiente de aprendizagem coletiva.

2.2 O campo e os sujeitos da pesquisa

O trabalho desenvolvido junto ao Conselho Escolar da Pré-Escola/Creche Fagner Morais Monteiro, localizada na cidade de Mãe D'água, estado da Paraíba, cujo objetivo era sensibilizar os membros quanto à relevância de sua atuação junto a este órgão que contribui significativamente para a melhoria dos processos administrativos na mesma, haja vista que, a partir do momento em que o Conselho Escolar tem uma atuação efetiva junto à gestão é que se promove um ambiente mais democrático, onde pais e funcionários sentem-se mais a vontade para participar do cotidiano escolar, dar sugestões e opinar em seus processos pedagógicos, pois, somente quando a escola abre esse espaço é que a mesma demonstra estar preocupada com a qualidade do ensino, dentro de um campo democrático.

Nesse contexto, iniciamos nosso encontro com os membros do Conselho enfatizando a importância daquele momento, no qual estávamos todos abertos e disponíveis a aprender sobre esse trabalho conjunto que é relevante para o fortalecimento da democracia dentro do ambiente escolar. E com o intuito de promover a integração entre o grupo, realizamos uma dinâmica chamada “Teia de Relações”, onde todos se apresentaram e em meio a brincadeira perceberam a importância do trabalho coletivo para o bom andamento de suas atividades.

Dando prosseguimento, apresentamos aos mesmos suas funções, responsabilidades e contribuições, previstas em Lei e no Estatuto do Conselho e como realizá-las da melhor forma possível, pois consideramos de extrema importância que os membros do Conselho Escolar conheçam suas funções enquanto representantes de determinados segmentos, para que o mesmo possa atuar com mais eficácia e compromisso, na busca por melhorias dentro do ambiente escolar, exercendo um trabalho coletivo, onde todos buscam o mesmo objetivo, mais qualidade no processo de ensino-aprendizagem e transparência na gestão escolar.

Após a apresentação, realizamos oficinas para debates em grupos, o que possibilitou a troca de informações, ideias e conhecimentos necessários ao bom andamento do Conselho.

Finalizamos dando ênfase a uma figura também muito importante nesse processo, o gestor da escola, membro nato do Conselho, ao qual apresentamos sugestões para melhor contribuir para a efetivação dos trabalhos dos conselheiros.

3. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

O princípio da gestão democrática, embora se apresente como norma jurídica desde a Constituição Federal 1988, tem sugerido uma “diversidade de interpretações” que variam de acordo com o lugar e os agentes envolvidos (OLIVEIRA, 2000, p. 9).

Para pensarmos sobre a atuação do gestor, diante das exigências do mundo contemporâneo, impõe-se um questionamento sobre a qualidade da educação que buscamos e entendermos a gestão como um conjunto de ações desenvolvidas principalmente no interior da escola que busca atender as exigências de um modelo educacional satisfatório, de acordo com as exigências legais e o competitivo mercado de trabalho.

As concepções de gestão escolar refletem sobre as concepções políticas e as concepções de homem e de sociedade. O modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, depende de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou a transformação da sociedade.

De acordo com Libâneo (2004, p. 26), a intencionalidade projeta-se nos objetivos que dão o rumo, a direção da ação. Na escola, isso leva à busca deliberada, consciente, planejada de integração e unidade de objetivos e ação, em torno de normas e atitudes comuns.

A gestão democrática pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar (pais, professores, estudantes, funcionários e sociedade local), em todos os aspectos da organização da escola. Esta participação ocorre diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar que vai desde o planejamento até a avaliação, sejam referentes ao processo de ensino, a realização de um projeto a um problema de indisciplina ou até mesmo às questões de natureza burocrática.

De acordo com Campos e Silva (2009, p. 2), no contexto da educação brasileira surge um novo conceito que “supera o limitado enfoque da administração”. Este novo conceito partiu do pressuposto de que “os problemas educacionais são complexos e que demandam uma ação articulada e conjunta na superação dos problemas cotidianos das escolas”.

Compreende-se que a gestão participativa e democrática é uma concepção a ser construída cotidianamente por meio da tomada de decisões e encaminhamentos em prol do desenvolvimento social.

3.1 Dimensões da Gestão Escolar

O gestor escolar é o profissional que conduz a organização da escola, desempenha um conjunto de funções nas quais se faz necessário conhecimento científico, habilidades, ética e atitude. O mesmo precisa aprimorar suas competências para que a escola possa desenvolver-se da melhor maneira possível e a comunidade sinta-se motivada a fazer um trabalho de qualidade, buscando o bem comum de todos.

Lück (2009, p. 26-28) divide as dimensões da gestão em duas grandes áreas: as de organização e as de implementação. Portanto, o trabalho de gestor deve equilibrar as diferentes dimensões na condução dos trabalhos cotidianos. Nenhuma pode ser desprestigiada.

As dimensões de organização referem-se à parte conceitual, à fundamentação legal e estão diretamente associadas aos aspectos orientadores e normatizadores dos sistemas educacionais. São elas: (I) Fundamentação e princípios da Educação e da gestão escolar; (II) Planejamento e organização do trabalho escolar; (III) Monitoramento de processos e avaliação institucional e (IV) Gestão de resultados educacionais.

As dimensões de implementação tratam da ação educativa no âmbito da escola. Contemplam a organização e o funcionamento interno, a articulação e o uso dos recursos humanos e materiais em prol do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. São elas: (I) Gestão democrática e participativa; (II) Gestão de pessoas; (III) Gestão pedagógica; (IV) Gestão administrativa; (V) Gestões da cultura escolar e (VI) Gestão do cotidiano escolar.

Considerando estas dimensões para a gestão escolar que enfoca uma atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todos os

elementos materiais e humanos necessários para garantir o avanço dos processos sócio educacionais, promovendo a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida. Segundo PENIN, 2001:

“Uma das competências básicas do diretor escolar é promover na comunidade escolar o entendimento do papel de todos em relação à educação e a função social da escola, mediante a adoção de uma filosofia comum e clareza de uma política educacional, de modo a haver unidade e efetividade no trabalho de todos.”

A gestão escolar ultrapassa os limites da escola, uma vez que os cidadãos ali formados irão agir em sociedade, mostrando a cara da instituição e em consonância o tipo de gestão ali desenvolvida.

A gestão democrática [...] se constituirá numa ação prática a ser construída na escola. Ela acontecerá à elaboração do projeto político pedagógico da escola, à implementação de Conselhos de Escola que efetivamente influenciam a gestão escolar como um todo e as medidas que garantam a autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola, sem eximir o Estado de suas obrigações com o ensino público (GADOTTI, 2004, p.96).

Por tanto o papel do Gestor na consolidação da gestão democrática e participativa é de fundamental importância, pois cabe a ele estar preocupado profissionalmente com tudo que diz respeito ao bom funcionamento da escola, consciente de que o exercício de sua profissão está pautado no plano político pedagógico da instituição. Diversos mecanismos podem ser utilizados na efetivação da gestão democrática, dentre estes estão o Projeto Político Pedagógico da escola, os Conselhos Escolares, os Conselhos de Classe, os Grêmios Estudantis e as Associações de Pais.

3.2 Projeto Político Pedagógico

Visto como um dos principais métodos de promoção da democracia dentro do ambiente escolar, o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta poderosa na construção da autonomia e na busca pela qualidade no trabalho pedagógico. Ao analisarmos as palavras que compõe o nome deste documento já temos uma visão de que o mesmo retrata:

PROJETO: reúne propostas de ação concreta a ser executada em determinado período;

POLÍTICO: considerando a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis, que estejam preparados a atuarem individual e coletivamente na sociedade;

PEDAGÓGICO: define e organiza atividades e projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico não pode ser visto apenas como um mero documento, pois nele estão contidas todas as orientações necessárias ao planejamento rotineiro da instituição, tanto para a área pedagógica quanto para a administrativa, por esta razão, o mesmo deve estar sempre atualizado e acessível a todos.

Segundo Vasconcellos (1995):

[...] é um instrumento teórico metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, e o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição [...] (VASCONCELLOS; 1995 p. 143).

Na construção do Projeto Político Pedagógico devem estar envolvidos todos os que compõem a escola, questionando e sugerindo ações visando melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem dos educandos, com o PPP bem estruturado a escola tem em mãos sua identidade, com metas claras, definidas pelo seu colegiado, um documento com a cara da escola, construído a partir de um planejamento compartilhado em um processo democrático.

Segundo Luckesi (2005, p.105) “o ato de planejar é uma atividade intencional pela qual se projetam fins e se estabelecem meios para atingi-los. Por isso, não é neutro, mas ideologicamente comprometido”. A participação de toda a comunidade escolar na construção do PPP é o que tornará o trabalho autônomo e efetivo, garantindo mais segurança na execução do mesmo.

O Projeto Político Pedagógico da escola é uma reflexão de seu cotidiano, o que pressupõe continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório (VEIGA, 2006, p. 13). Villas Boas (1998) reforça essa ideia, caracterizando o Projeto Político Pedagógico como um “eterno diagnosticar, planejar, repensar, começar e recomeçar, analisar e avaliar as práticas educativas”.

Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 1995, p. 12).

Podemos afirmar que o Projeto Político-Pedagógico de uma escola é um importante instrumento para a concretização da gestão democrática, pois a elaboração coletiva do mesmo possibilita a aproximação entre a escola e a comunidade, resultando em um planejamento de todas as ações educativas dentro do contexto escolar.

3.3 Conselhos Escolares

A importância dos órgãos colegiados nas escolas é tema recorrente quando se aborda a gestão democrática, pois esses garantem, na forma da lei, a prática da participação na escola, na busca pela descentralização do poder e da consciência social entorno da oferta de uma educação de qualidade, pois uma gestão considerada democrática assume a autonomia dos sujeitos para o compartilhamento das decisões, identificando o potencial de colaboração de cada pessoa e segmento escolar promovendo um trabalho coletivo na construção da cidadania e efetivação do processo de ensino- aprendizagem.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados que representam a comunidade escolar e local, atuando em harmonia com a gestão da escola e resolvendo os caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas harmônicas com as precisões da escola. Daí se tirara a importância e qual a função do Conselho Escolar. (GÓIS; SILVA, 2005, p. 6)

Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e constitui-se num espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador.

De acordo com MEC/SEB, 2004:

- A função consultiva tem caráter de assessoramento e é exercida por meio de pareceres, aprovados pelo colegiado, respondendo a consultas do governo ou da sociedade, interpretando a legislação ou propondo medidas e normas para o aperfeiçoamento do ensino.
- A função deliberativa compete ao conselho deliberar e encaminhar a ao Executivo para que o mesmo execute a ação por meio de ato administrativo.
- A função fiscalizadora, o conselho fiscaliza o cumprimento de normas e a legalidade ou legitimidade de ações, aprová-las ou determinar providências para sua alteração.
- A função mobilizadora, o conselho atua numa ação efetiva de mediação entre o governo e a sociedade, estimulando e desencadeando estratégias de

participação e efetivação do compromisso de todos com a promoção dos direitos educacionais da cidadania, ou seja: da qualidade da educação.

Na construção da gestão democrática no ambiente escolar é relevante a presença da sociedade em seus processos, já que, a educação é compromisso de todos, porém isso só é possível quando ocorre o acompanhamento e a participação de todos os segmentos que compõem o processo educativo da mesma e diante da importância do Conselho Escolar como instrumento de participação na gestão da escola numa perspectiva democrática, torna-se necessário estabelecer conjuntamente ações para dinamizar sua participação na Unidade Escolar, buscando a melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem.

O trabalho na gestão escolar nas instituições escolares brasileiras, a partir da LDB/96 art.14 é entendido como atividade compartilhada pela comunidade escolar e local. Neste sentido deveria tornar-se uma tarefa coletiva, organizadora e produtiva que resulte na aprendizagem dos educandos. (LOPES, 2013, p.10)

A escola, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, precisa não só criar espaços de discussões que possibilitem a construção do projeto educativo por todos os atores da comunidade escolar, como também consolidá-los com espaços que favoreçam a descentralização, a participação e a transparência em todos os processos.

Uma gestão escolar democrática, a própria palavra nos diz, promove a redistribuição de responsabilidades, ideia de participação, trabalho em equipe, decidir sobre as ações que serão desenvolvidas, analisa situações e promove confronto de ideias, procura-se, assim, o êxito de sua organização, através de uma atuação consciente. A descentralização dos processos de gestão escolar e a democratização, na escola, trazem como objetivo o desenvolver o espírito em equipe, as decisões compartilhadas independentemente do nível hierárquico que ocupa dentro da organização, mobilizar as pessoas, para demonstrar seus talentos, até então ocultos, para a realização de trabalhos, incentivar para colocar ideias em prática e assim auxiliar a escola na solução de problemas ou mesmo então de inovar com novos projetos que irão atrair uma atenção, tanto por parte dos alunos, como da comunidade escolar, e em benefício da instituição como um todo. (PAULA e SCHNECKENBERG, 2008, p.10)

É desafiante para o gestor escolar promover essa descentralização em busca de uma gestão mais democrática e seu trabalho para ser organizado e produtivo necessita de uma atuação coletiva, por essa razão dar-se ênfase ao trabalho junto ao Conselho Escolar, órgão que representa a comunidade escolar, atuando junto à gestão e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade, cuja função é estimular a melhoria da qualidade da escola e do ensino.

Assim, para que as práticas democráticas no âmbito escolar aconteçam se faz necessária a organização e efetivação das ações que norteiam o fazer pedagógico, cumprindo o projeto educacional da escola.

3.4 Conselhos de Classe

Os Conselhos de Classe constituem-se espaço de análise e discussão dos resultados obtidos com as práticas docentes, como também a dinâmica da escola em seus processos pedagógicos e administrativos, com a participação de todos os envolvidos, buscando caminhos que garantam a efetivação da qualidade nos processos de ensino e aprendizagem dos educandos.

De acordo com Dalben (2004):

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos. (p. 31)

[...]Portanto, o repensar a organização do trabalho escolar é condição principal para a análise dos problemas vivenciados no interior da escola, que coletivamente se buscará alternativas para que conduzam ao sucesso do aluno no ensino aprendizagem [...] (p.21).

Nesse aspecto o Conselho de Classe é uma atividade em que a avaliação é constituída a partir das experiências vividas na sala de aula, em uma perspectiva crítica deve rever métodos, uma vez que, os professores juntamente com a direção e equipe pedagógica refletem sobre os acontecimentos escolares e juntos analisam a atitude a ser tomada (Dalben, 2004). Se atualmente revela rotina, fragmentação, conservadorismo nas relações e práticas pedagógicas, de forma participativa revelará buscas, questionamentos, atitudes e soluções que surgirão em resposta aos desafios de uma investigação-ação.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais. (LIBÂNEO, 2006, p. 328).

O Conselho de Classe propõe um espaço educativo, dinâmico, participativo, gerador de ideias, que promove uma reflexão coletiva entre direção, professores, equipe pedagógica, pais e alunos acerca de importantes questões pedagógicas e

administrativas, possibilitando a construção de novas metodologias, adquirindo um novo olhar pedagógico que se refletirá no espaço de sala de aula.

Libâneo (2004) também define Conselho de Classe:

O conselho de classe é um órgão colegiado composto pelos professores da classe, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que permite acompanhamento dos alunos, visando a um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as relações mútuas entre os professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação. (p. 303)

As mudanças que se fazem necessárias no ambiente escolar só se efetivarão quando todos os envolvidos no processo educacional estejam conscientes de seu papel enquanto formadores de sujeitos críticos e esclarecidos, capazes de enfrentar desafios em construção de seu próprio conhecimento.

O Conselho de Classe é organizado a partir de três dimensões:

I. Pré-Conselho, realizado em sala de aula com todos os estudantes da turma, sob a coordenação de um pedagogo e/ou do professor representante da turma;

II. Conselho de Classe, composto pela equipe gestora - direção, direção auxiliar e pedagogos, secretário, professores e outros membros da comunidade escolar - que se reúnem para discutir os dados, problemas e proposições levantados no Pré-Conselho;

III. Pós-Conselho, são os encaminhamentos das ações previstas no Conselho de Classe, que podem implicar em: retomada do PTD (conteúdos, encaminhamentos metodológicos, recursos, critérios e instrumentos de avaliação), retorno aos pais ou responsáveis e aos estudantes, além de encaminhamentos para situações mais específicas e individuais.

De acordo com Dalben (2004, p. 59), “um novo Conselho de Classe só é possível de ser efetivado quando os sujeitos que o integram apoderam-se, conscientemente, dele, colocando-o a serviço de seus propósitos, articulando-o com um Projeto Político Pedagógico comum”, que seja capaz de suprir as necessidades de organização do trabalho desenvolvido pela escola na busca por ações educativas mais eficazes que garantam a qualidade nos processos de construção do conhecimento que é tarefa essencial da escola, assegurando a democratização das relações que nela acontecem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Gestão Democrática significa proporcionar o exercício da cidadania, da autonomia, da democracia, através da participação dos representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões sobre a gestão da escola.

O Conselho Escolar pode contribuir de várias formas para democratizar as relações no ambiente escolar, pois ele é o instrumento descentralizador do poder e, desse modo, a ação conjunta e coletiva vem concretizar a gestão democrática nas escolas, cabendo a este zelar pela manutenção da mesma e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade dos processos pedagógicos, além de acompanhar o desenvolvimento da prática educativa, assumindo uma posição política e pedagógica no sistema de ensino.

Assim, para que as práticas democráticas no âmbito escolar aconteçam se faz necessária a organização e efetivação das ações que norteiam o fazer pedagógico, cumprindo o projeto educacional da escola.

A importância dos órgãos colegiados nas escolas é tema recorrente quando se aborda a gestão democrática, pois esses garantem, na forma da lei, a prática da participação na escola, na busca pela descentralização do poder e da consciência social entorno da oferta de uma educação de qualidade.

Uma gestão considerada democrática investe na autonomia dos sujeitos para o compartilhamento das decisões, identificando o potencial de colaboração de cada pessoa e segmento escolar promovendo um trabalho coletivo na construção da cidadania e efetivação do processo de ensino- aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É desafiante para o gestor escolar, promover essa descentralização em busca de uma gestão mais democrática e seu trabalho para ser organizado e produtivo necessita de uma atuação coletiva, por essa razão dar-se ênfase ao trabalho junto ao Conselho Escolar, órgão que representa a comunidade escolar, atuando junto à gestão e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade, cuja função é estimular a melhoria da qualidade da escola e do

ensino. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e constitui-se num espaço de discussão de caráter consultivo e ou deliberativo.

A escola, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, precisa não só criar espaços de discussões que possibilitem a construção do projeto educativo por todos os atores da comunidade escolar, como também consolidá-los com espaços que favoreçam a descentralização, a participação e a transparência em todos os processos.

É de grande relevância para a escola, a presença da sociedade em seus processos, já que na gestão democrática, a educação é compromisso de todos, porém isso só é possível quando ocorre o acompanhamento e a participação de todos os segmentos que compõem o processo educativo da mesma e diante da importância do Conselho Escolar como instrumento de participação na gestão da escola numa perspectiva democrática, torna-se necessário estabelecer conjuntamente ações para dinamizar sua participação na Unidade Escolar, buscando a melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública/elaboração Genuíno Bordignon. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei 9394/96.

CAMPOS, M. SILVA, N. M. A. **Gestão escolar e suas competências**: um estudo da construção social do conceito de gestão. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2736_1234.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

DALBEN, A. I. L. F. Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP, Papirus, 2004.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004.

GÓIS, Amanda Lituana Belo de; SILVA, Daise Kelly Alves da. **A Importância da Gestão Democrática no processo de Educação e Formação Escolar**. Bananeiras, 2005.

LIBÂNÊO, José Carlos. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*/José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 3. ed. – São Paulo: Cortez, p.342 e 343, 2006. – (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

LIBANÊO, José Carlos. **O campo do conhecimento pedagógico e a identidade profissional do Pedagogo**. In: _____. *Pedagogia e pedagogos para quê?*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004, Cap. 1, p. 25-41.

LIBANEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*/José Carlos Libaneo. 5. ed. revista ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOPES, Rosana. **A identidade do pedagogo como organizador do trabalho pedagógico escolar**. 2013.

LÜCK, Heloísa (Org.). **Gestão escolar e formação de gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun., 2000.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão escolar e formação de gestores**. Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v. 1 - Brasília: O Instituto, 1981.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULA, Roseli Lopes de; SCHNECKENBERG, Marisa. **Gestão Escolar Democrática: desafio para o gestor do século XXI**. Revista Eletrônica Latu Sensu-Ano 3, nº 1, março de 2008.

PENIN, Sônia et. al. **Progestão: Como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I**. Brasília: Consed. 2001.

VALLIN, Celso. **Poder e Democracia na Escola**. Artigo Publicado no Curso Gestão Escolar e Tecnologias (2004).

VEIGA, I. P. A. *Projeto Político Pedagógico: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Projeto político- pedagógico da escola: uma construção possível*. 22. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

VILLAS BOAS, Benigna Ma de Freitas. *O projeto político-pedagógico e a avaliação*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. de (Orgs.). *Escola: espaço do projeto político pedagógico*. São Paulo: Papirus, 1998.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre renovar minhas forças nos momentos de desânimo.

Aos meus pais, que embora analfabetos, sempre me incentivaram a estudar e me deram a educação necessária para quando os estudos não forem suficientes.

Ao meu orientador, o Prof. Msc. Jorge Miguel Lima Oliveira, sempre compreensivo e atencioso, que me conduziu pacientemente à conclusão desse trabalho.

A Direção, professores e funcionários das escolas EMEF Edivaldo Júnior Soares da Rocha e Pré-Escola/Creche Fagner Morais Monteiro, que me acolheram durante o Estágio Supervisionado, oportunizando uma prévia experiência no ambiente escolar, através do qual pude fazer uma reflexão a cerca do processo de ensino a partir de minha própria prática.

Ao Professor e amigo Adalberto de Oliveira Lima, que sem o seu apoio, nada disso seria possível.

Obrigada!